



CARTA ABERTA DO COLETIVO NACIONAL DOS ELETRICITÁRIOS AO PARLAMENTO BRASILEIRO

SENHORAS E SENHORES **PARLAMENTARES** DO CONGRESSO BRASILEIRO

Em junho de 2022 o parlamento brasileiro aprovou a privatização da Eletrobras, a maior empresa de energia elétrica da América Latina e uma das mais estratégicas para o desenvolvimento do país. Além do controle acionário ter sido entregue a acionistas privados por um valor bem abaixo do mercado, a privatização ocorreu de forma açodada, através de Medida Provisória, em rito sumário e contrariando o próprio regimento do congresso.

É de conhecimento público que o processo de privatização da Eletrobras foi eivado de irregularidades, denunciadas pelo Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), pelo Ministro Vital do Rêgo do TCU, por diversos especialistas do setor e por parlamentares.

Infelizmente, a Eletrobras avaliada em R\$ 400 bilhões, teve o seu controle acionário alienado por R\$ 36 bilhões. Além disto, a lei da privatização determinou que o Estado brasileiro, mesmo mantendo 43% das ações, com direito a voto, tivesse seu poder de mando, na empresa, limitado a 10%. Uma aberração, sem limites, que fez com que o Governo Lula, através da AGU, impetrasse, no STF, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 7.385), questionando esse absurdo mecanismo, que acarreta um desequilíbrio brutal entre os acionistas, beneficiando o grupo privado 3G, que com menos de 0,5% de ações, com direito a voto, controla totalmente a empresa, à revelia do Estado brasileiro, que é o maior acionista da empresa. 43% das ações ordinárias.

É importante ressaltar que os defensores da privatização da Eletrobras argumentavam que alienar a empresa seria crucial para aumentar investimentos, reduzir tarifas, melhorar a qualidade dos serviços e gerar empregos. No entanto, de acordo com informações divulgadas pelo CNE, o resultado foi oposto. Após a privatização, a Eletrobras não expandiu sua infraestrutura de transmissão ou geração de energia. Pelo contrário, as tarifas de energia elétrica aumentaram significativamente, a qualidade dos serviços diminuiu e muitos profissionais altamente qualificados foram dispensados por meio de um PDV compulsório, ameaçando o setor elétrico brasileiro. Além disso, houve uma redução nos salários dos profissionais, enquanto os administradores da empresa experimentaram aumentos substanciais, chegando a 300%.

O CNE alertou as autoridades do executivo e do legislativo sobre os graves problemas que estão ocorrendo na empresa e dos sinais que o próprio sistema está emitindo, pedindo socorro, para evitar a ocorrência de um sinistro de grandes proporções, caso não sejam tomadas medidas necessárias. Será que não basta o “apagão” de 15/08/2023, que afetou 25 estados e o Distrito Federal, interrompendo 30% do consumo, naquele momento? O relatório do ONS demonstrou inequivocamente, neste apagão, que houve uma demora excessiva na recomposição do sistema, por falta de mão de obra e profissionais experientes, mas mesmo assim a Eletrobras continua desligando milhares de profissionais altamente qualificados.

Além disso, será que não basta o incêndio que ocorreu em um conversor da linha de transmissão de corrente contínua de Furnas, localizado na subestação de Foz de Iguaçu (PR), em abril de 2023? Não basta a explosão do transformador da máquina 19, da UHE Tucuruí, por falta de manutenção preventiva e preditiva adequadas, em julho de 2023? Não bastam os diversos acidentes de trabalho, inclusive com vítimas fatais? Não basta o assédio moral praticado pela diretoria da empresa contra os seus profissionais, deixando-os psicologicamente doentes e aumentando o risco de acidentes? Não bastam as demissões de profissionais altamente qualificados, antes da contratação e treinamento de novos trabalhadores? Não basta o descaso com que a diretoria da Eletrobras tem tratado o Estado Brasileiro, enquanto Poder Concedente, conforme reiteradas reclamações públicas do próprio ministro do MME, Alexandre Silveira?

Senhoras e senhores parlamentares, no dia 13 deste mês de novembro, uma nova explosão em equipamento de transmissão, de responsabilidade da Eletrobras Furnas, deixou 18 (dezoito) municípios das regiões norte e nordeste do Rio de Janeiro sem energia elétrica, por aproximadamente 3 horas. Este “apagão” provocou a interrupção do abastecimento de água para a população de Campos e demais cidades da região.

Senhoras e senhores parlamentares, é inadiável que o Parlamento brasileiro denuncie os problemas que estão ocorrendo na Eletrobras, na tribuna da Câmara e do Senado, bem como, convoque os responsáveis para prestarem os esclarecimentos necessários ao Congresso Brasileiro.

Também é urgente, que o executivo, via MME, exija o cumprimento do contrato de concessão e que todos os riscos de colapso do sistema elétrico da Eletrobras sejam definitivamente eliminados. Afinas de contas é responsabilidade do MME zelar pelo equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica, no país.

É imprescindível que o legislativo e o executivo tomem, urgentemente, providências, contra a Eletrobras, para evitar danos irreversíveis ao país e a população brasileira. Caso o Congresso e o executivo brasileiro aceitem passivamente o que está ocorrendo na Eletrobras, estarão sendo omissos em suas obrigações, para com o povo brasileiro e coniventes com o crime de lesa-pátria, que foi a privatização da Eletrobras.